plataforma alentejo

PLATAFORMA
Alentejo
Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável
do Alentejo, nas ligações Nacional e Internacional

Plataforma Alentejo

Juntos pelo Alentejo, por Portugal

Focalizou-se (...) a atenção nas acessibilidades de interesse nacional porque elas, constituindo a espinha dorsal das restantes, são determinantes para todo o Alentejo.

A constituição da Plataforma do Alentejo e a sua "Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional", apresentadas ao País a 14 de Agosto de 2018, constituiu um relevante acontecimento que está longe de ser apreendido em toda a sua dimensão.

Envergando a "camisola" do Alentejo, Associações Empresariais, Centros de Saber, Movimentos Cívicos de Cidadania, Técnicos e Especialistas reconhecidos e mais de uma centena de Cidadãos de Reconhecido Mérito, uniram vontades e saberes e lançaram-se na sensibilização dos principais decisores políticos do País no sentido de ver acolhidas e consideradas no quadro da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e da elaboração do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030) soluções, em matéria de acessibilidades que, sendo estratégicas e servindo todo o Alentejo, são de comprovado interesse nacional.

São frequentes as observações sobre o conjunto de propostas constantes na "Estratégia Integrada..." e a ausência na mesma de dezenas de justas e legítimas aspirações de muitas outras acessibilidades de interesse regional ou local.

Seria fácil inventariar dezenas de propostas justas, necessárias e estruturantes à escala regional e local (linhas ferroviárias desativadas e encerradas, IC.s, EN, ER, etc.). Isso tornaria o inventário bem extenso e dificilmente não ficariam para trás algumas.

A opção pelas acessibilidades de interesse nacional foi deliberada e não fruto de desconhecimento de tudo aquilo de que carecemos para o nosso desenvolvimento. Focalizou-se deliberada e conscientemente a atenção nas acessibilidades de interesse nacional porque elas, constituindo a espinha dorsal das restantes, são determinantes para todo o Alentejo, designadamente as ferroviárias, e porque a sua concretização, arrastará para a necessidade de construção de todas as outras. Por outro lado, sendo de interesse nacional coloca os decisores políticos perante as suas efetivas responsabilidades dificultando o recurso aos velhos e passadistas argumentos de que não se justifica investir no Alentejo porque a sua população está envelhecida e em decréscimo pelo que não se justificariam tais investimentos.

Dadas estas explicações passemos à atualidade...

Sem ter a pretensão de um balanço exaustivo e evitando a repetição do já divulgado optamos, aproveitando o espaço disponibilizado na Revista Ovelha, para dar nota de alguns aspectos inovadores que complementam e reforçam a "Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo..." designadamente presentes na **Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES"**, de 5 de Agosto de 2019, e na "Afirmação" apresentada pelo Secretariado da Plataforma à Convenção do Alentejo, chamando a atenção para a necessidade da sua maior divulgação e para o indispensável apoio e participação de todos.

Da Intervenção de Abertura da Convenção do Alentejo

Extratos da Intervenção "Juntos pelo Alentejo, Por Portugal" - SIM! As acessibilidades são uma prioridade!, do Secretariado da Plataforma Alentejo, que abriu os trabalhos da Convenção do Alentejo – apresentada por Claudino Matos, Diretor Executivo da ACOS, do Secretariado da Plataforma Alentejo

"1. Saudação aos participantes na Convenção e agradecimentos.

(...) 2. O porquê e o que se pretende com a realização da Convenção do Alentejo

(...) A Convenção do Alentejo constitui um novo e importante passo no percurso iniciado, a 14 de Agosto de 2018, com a apresentação, aos principais órgãos de soberania e à opinião pública da Plataforma Alentejo e da sua "Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional" (...)

Um passo que (...) nos permite afirmar ser a Convenção do Alentejo um passo inovador e qualitativamente melhor em relação a iniciativas públicas anteriores sem que tal signifique menorizar a importân-

cia que estas tiveram no já longo caminho percorrido.

Um passo que o Secretariado da Plataforma do Alentejo considerou necessário e indispensável dar tendo presente o balanço que fez da atividade realizada, (...); os novos conhecimentos e reflexões resultantes das reuniões de trabalho entretanto realizadas com o novo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, com a Senhora Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e com representantes das Administrações da Infraestruturas de Portugal-IP e Comboios de Portugal; a aprovação pela Assembleia da República do novo PNPOT e a remissão para o PROTA, em revisão, da consideração de algumas das nossas pretensões estratégicas em matéria de ordenamento do território; as importantes declarações do novo e recente Ministro das Obras Públicas, Dr. Pedro Nuno dos Santos, (...); as afirmações do Governo sobre a prioridade do investimento na modernização e eletrificação da ferrovia e a necessidade de recuperação do sector ferroviário, de modo a recuperar do desinvestimento dos últimos 30 anos neste sector e que leva Portugal a figurar entre os Países mais atrasados da Europa nesta área estratégica para o transporte de mercadorias e passageiros; o recente acesso ao Estudo Técnico da REFER, de Maio de 2015, sobre a importância estratégica da Linha do Alentejo, o qual veio confirmar e reforçar o que os técnicos que têm apoiado a Plataforma do Alentejo têm vindo a defender e a justificar desde o início, (...); factos que levaram à nossa **"Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES", de 5 de Agosto de 2019, enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Partidos Políticos,** (...) onde constam alguns desenvolvimentos da "Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo..."

A recente decisão, (...) de se avançar com a 3ª fase do Terminal XXI e com a construção do novo Terminal Vasco da Gama, no Porto de Sines, veio tornar ainda mais pertinente a necessidade e importância da Convenção do Alentejo, pois, para que os objectivos traçados pelo Governo e pela APS possam ser alcançados até ao H2026, como se propõem e todos desejamos, é fundamental recuperar atrasos incompreensíveis, sobretudo nas acessibilidades ferroviárias ao Porto de Sines, cuja inexistência já hoje estão a penalizar esta infraestrutura estratégica para para todo o Alentejo e, sobretudo, para o País.

Atrasos tanto mais incompreensíveis quanto a IP, (...)dispondo do Estudo Técnico da REFER desde Maio de 2015, há mais de 4 anos e meio, tinha todas as condições para estar hoje a concluir algumas das obras para as quais nem candidaturas apresentou. Lamentamos, lamentamos profundamente a indisponibilidade da IP para estar hoje aqui connosco para podermos esclarecer

esta pertinente questão e tentar perceber porque se insistiu durante todos estes anos em não considerar a solução apontada pelo Estudo da REFER, e esclarecer como foi possível manter o mais absoluto silêncio sobre este estudo apesar das suas propostas corresponderem, no essencial, com as conclusões a que os técnicos que apoiam a Plataforma Alentejo chegaram, que constam na "Estratégia Integrada..." e no trabalho do Professor Manuel Tão entregue à IP e aos decisores políticos há mais de um ano. (...) Não podemos aceitar que se insista na criação de um ramal entre Casa Branca e Beja que não irá resolver nenhum dos graves estrangulamentos existentes ao nível do transporte de mercadorias e passageiros a sul do Tejo, salvo a melhoria do transporte de passageiros entre Beja e Lisboa, quando estes só serão possíveis de ultrapassar avançando no imediato, com as candidaturas para a eletrificação e modernização da linha do Alentejo, não apenas entre Casa Branca e Beja mas também entre Beja e a Funcheira porque só assim estes investimentos têm coerência e fazem sentido, porque só assim salvaguardam e correspondem ao interesse Nacional.

(...) propor afunilar tudo para o Poceirão através da Linha do Sul constitui, segundo os técnicos que apoiam a Plataforma Alentejo, um grave erro que exige retificação urgente e é algo que gostaríamos ver cabalmente esclarecido na Assembleia da República logo no início da próxima legislatura. (...)lembrando que a Petição da Plataforma Alentejo, entregue na Assembleia da República deve ser discutida na Comissão de Economia e em Plenário da Assembleia da República e que as Resoluções aprovadas na Assembleia da República em final de Legislatura deverão ser mais que decisões apenas para alimentar campanhas eleitorais.

(...)Não pode deixar de nos chocar ouvir um Senhor Ministro dizer que o Aeroporto de Beja não pode ser considerado para a resolução dos graves prob-

A IP (...) tinha todas as condições para estar hoje a concluir algumas das obras para as quais nem candidaturas apresentou.

Será o País assim tão rico que possamos deitar para o lixo um aeroporto com as características excecionais que caracterizam o Aeroporto de Beja?

lemas que afectam o sistema aeroportuário nacional porque não tem acessibilidades quando esse mesmo Senhor Ministro deteve durante 4 anos a pasta das Obras Públicas e nada fez para resolver o problema. Onde é que já se viu um aeroporto sem acessibilidades ferroviárias ou rodoviárias para o servir? Somaram-se assim mais 4 anos aos quatro anos perdidos com o governo anterior, correndo-se hoje o risco de, a não serem tomadas medidas urgentes, vermos o Alentejo sair de território de objectivo 1 e perdermos a oportunidade de beneficiar de financiamentos comunitários a fundo perdido no valor de 85% a exemplo do que têm benefeciado os nossos vizinhos da Estremadura espanhola.

(...)Será o País assim tão rico que possamos deitar para o lixo um aeroporto com as características excecionais que caracterizam o Aeroporto de Beja? Poderia referir igualmente os enormes prejuízos para os empresários que resultam da inexistência de acessibilidades, sobretudo ferroviárias para fazer chegar aos mercados os seus produtos ou invocar o potencial de Alqueva, onde estão investidos milhares de milhões de euros e cujo potencial agro-industrial está por aproveitar porque carece dessas mesmas acessibilidades para desespero dos empresários que já estão instalados como para os que gostariam de investir no Alentejo mas se afastam porque carecem das indispensáveis acessibilidades. (...)

3. O contexto em que tem lugar a Convenção

(...) O Secretariado da Plataforma Alentejo tinha consciência que o momento da marcação desta Convenção do Alentejo iria confrontar-se com inúmeros contratempos. Desde logo porque convocada em pleno período de justas e merecidas férias e depois porque a data para a sua realização, devendo anteceder as eleições para a Assembleia da República (...) muito dificilmente iria merecer a atenção que todos ambicionávamos, (...)

No âmbito da preparação da Convenção do Alentejo solicitamos a 5 de Agosto reuniões com carácter de urgência ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e às Direções Nacionais dos Partidos Políticos com representação na Assembleia da República.

Recebemos respostas no Secretariado da Plataforma do Partido Ecologista os Verdes, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social CDS-PP, do Partido Pessoas Animais e Natureza, e do Partido Social Democrata não se tendo realizado reuniões com o Bloco de Esquerda que manifestou o seu apoio às propostas da Plataforma mas não considerou a necessidade da reunião solicitada nem com o PSD que manifestou a sua disponibilidade mas que não conseguiu conciliar uma data antes da Convenção. Não se obteve qualquer resposta do Partido Socialista.

A Direção Nacional do Partido Socialista foi aliás a única que não se fez representar nesta Convenção apesar das repetidas insistências nesse sentido. Estão no entanto presentes na Convenção dirigentes nacionais, regionais e de concelhias do Partido Socialista.

(...)Os Partidos têm um papel insubstituível na sociedade portuguesa . A Plataforma Alentejo tem mantido desde a sua formação a preocupação de procurar relacionar-se, por igual, com todos os partidos que representam os portugueses nas instituições. Assim continuaremos a fazer no futuro.

4. Um balanço positivo mas insuficiente. Uma falha que gostaríamos de ver colmatada

(...) O balanço que fazemos no Secretariado da Plataforma Alentejo ao trabalho desenvolvido no quadro da Plataforma Alentejo desde a sua criação e apresentação pública é bastante positivo. A elaboração da "Estratégia Integrada..." e a mobilização do amplo leque de primeiros subscritores; a Petição Pública e a recolha das mais de 6000 mil assinaturas já entregues na Assembleia da República, cujo processo continua; iniciativas públicas – 2 em Beja, 1 em Sines, 1 em Évora, 2 em Lisboa; a presença na Ovibeja através de uma exposição e que foi vista por milhares de visitantes; reuniões de trabalho com representantes do Governo, de Comissões Permanentes e com todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; com as Direções Nacionais dos Partidos com representação na Assembleia da República, excepto o Partido Socialista; com a Direção da CCDR_A, com o Conselho Regional da CCDR_A, com os Conselhos de Administração da CP da IP e da APS, (...); com a Senhora Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas; elaboramos e divulgámos profusamente a Exposição "É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES"; elaboramos e difundimos notas de imprensa que

mereceram particular atenção por parte da comunicação regional e de um ou outro órgão nacional; fizemos chegar com regularidades às instituições e associações da região toda a documentação produzida.

Satisfeitos? De consciência tranquila sim, satisfeitos NÃO, pois, apesar de alguns passos positivos verificados na sequência do diálogo positivo e construtivo que norteia a intervenção da Plataforma Alentejo, sobretudo ao nível das instituições nacionais, há situações no plano regional que classificamos como muito indesejáveis, que muito gostaríamos de ver ultrapassadas e que, um ano depois, ainda perduram. Uma delas, a que mais nos preocupa, é a inexplicável ausência de participação e empenho das CIM.s e de um modo geral dos municípios que as constituem, na intervenção e participação no seio da Plataforma Alentejo, apesar da repetida insistência junto dos mesmos. Desde 14.8.2018 que procuramos reunir e trazer ao Secretariado da Plataforma do Alentejo, representantes das CIM.s., objectivo que iremos prosseguir, mas que até hoje não conseguimos alcançar.

Procuramos a realização conjunta com os municípios de iniciativas públicas abertas à população com o objectivo de promover a discussão e podermos explicar a importância das acessibilidades para o desenvolvimento de todo o Alentejo (Baixo e Alto, Central e Litoral) e a verdadeira dimensão e significado das propostas contidas na "Estratégia Integrada...". Dos 47 municípios do Alentejo só o Município de Cuba respondeu positivamente ao nosso apelo, o que, convenhamos é um muito pobre resultado.

Solicitámos a todos os municípios que agendassem a discussão e deliberassem a adesão à Plataforma Alentejo mas, até à presente data, apenas 17 dos 47 Executivos Municipais do Alentejo o fizeram, sendo essas adesões, aprovadas sem votos contra e, com exceção de duas, aprovadas por unanimidade. Castelo de Vide, Marvão, Avis e Monforte – do Alto Alentejo; Arraiolos, Vendas Novas, Montemos o Novo, Évora, Redondo e Vila Viçosa – do Alentejo Central; Alvito Cuba, Vidigueira, Serpa , Beja e Aljustrel – do Baixo Alentejo e Alcácer do Sal do Alentejo Litoral, foram os 17 Municípios que fizeram chegar ao Secretariado da Plataforma a acta das deliberações. A estes Executivos Municipais poderemos juntar a Assembleia Municipal de Castro Verde que aprovou por maioria e sem votos contra a sua adesão.

(...) Esperemos que após as eleições de Outubro esta realidade se altere pois, se já não somos muitos, é fundamental que saibamos unir-nos, vencer preconceitos e falsos regionalismos e fazer convergir esforços e vontades em torno daquilo que é essencial para o desenvolvimento de todo o Alentejo. Temos que saber

discutir em conjunto, definir com clareza o que queremos, o que precisamos para o atingir e planificar o que fazer para atingir os objectivos.

Com os Sindicatos a situação não é muito diferente.

A grave situação que o Alentejo enfrenta não se compadece com este tipo de situações.

Conseguimos alcançar o apoio de todos os Deputados eleitos pelos 3 círculos eleitorais do Alentejo no apoio à Plataforma Alentejo e à sua "Estratégia Integrada..."

Hoje estamos aqui JUNTOS, PELO ALENTEJO, POR PORTUGAL. A afirmar SIM! AS ACESSIBILIDADES SÃO UMA PRIORIDADE! Que o nosso exemplo frutifique. A Democracia assim o exige.

VIVA O ALENTEJO. VIVA PORTUGAL."

Da Exposição de 5 de Agosto

A Convenção do Alentejo teve como documento base para reflexão a "Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES", de 5 de Agosto de 2019, enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Partidos Políticos, a Convenção do Alentejo, de que se seguem extratos fundamentais

"(...)É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES!"

"SÃO POSSÍVEIS E URGENTES DECISÕES E MEDIDAS CONCRETAS QUE SERVIRÃO MELHOR O INTERESSE NACIONAL E CONTRIBUIRÃO PARA UMA MAIOR COESÃO E DESENVOLVIMENTO DE TODO O ALENTEJO. "

(...) "No Alentejo, as condições demográficas de meio milhão de Portugues@s devem constituir forte

É fundamental que saibamos unir-nos, vencer preconceitos e falsos regionalismos e fazer convergir esforços e vontades em torno daquilo que é essencial para o desenvolvimento de todo o Alentejo.

"O Alentejo pode ser uma "Região Modelo" do Século XXI (...) em que o sistema ferroviário modernizado e eletrificado seja assumido como um pilar determinante para a circulação de mercadorias e passageiros e em que a participação democrática na sua elaboração seja efetiva."

motivo de preocupação devido ao acelerado processo de envelhecimento e pelo acentuar das ameaças de degradação ambiental devido aos impactos das alterações climáticas. A perda de população e o envelhecimento não são o caminho duma região que se confronta com o processo de desertificação, cuja resposta estratégica e operacional passa por um plano de sustentabilidade industrial, agrícola e de ecologia urbana. "

(...) "De facto, um território tão apetrechado de infraestruturas e equipamentos de transporte – Porto de Sines, Aeroporto de Beja e Rede Ferroviária, para além da maior barragem da União Europeia – Alqueva -, o desenvolvimento sustentável pretendido é preterido à lógica das concorrências, ignorando ou atrasando incompreensivelmente a implementação de medidas capazes de potenciar infraestruturas estratégicas já existentes, tão importantes para o País, as quais mereceriam outra participação democrática e efetiva, designadamente, considerando as propostas dos órgãos e eleitos locais, dos centros de saber existentes na Região, do tecido empresarial e das forças sociais e culturais existentes no Alentejo. A Democracia não pode falhar pelo que se exige que o Alentejo não continue a perder coesão social e territorial com o resto do país. "

(...) "O modelo assente exclusivamente na "competitividade" territorial actual não gera coesão social, territorial, ambiental e energético e é fator de enfraquecimento, de disputas estéreis e quebra de solidariedade. Persistir no mesmo rumo só pode resultar em mais desastre."

(...) "O Alentejo pode ser uma "Região Modelo" do Século XXI se o modelo de Ordenamento e de Planeamento do seu território assentar num novo paradigma de preservação e valorização do seu precioso património ambiental, em que o sistema ferroviário modernizado e eletrificado seja assumido como um pilar determinante para a circulação de mercadorias e passageiros e em que a participação democrática na sua elaboração seja efetiva."

(...) "A Plataforma Alentejo tem consciência das dificuldades financeiras do País e compreende que nem tudo poderá ser feito no imediato. Mas, o alargamento do prazo do H2020 para H2023 e o PNI2030 permitem planear e executar uma estratégia de acessibilidade sustentável.

É preciso definir objetivos e prioridades, planear e calendarizar, avançar no imediato com os estudos e os projectos de execução e apresentar candidaturas tendo presente que o Alentejo ainda é território de "objetivo 1", logo passível de obter financiamentos da União Europeia a fundo perdido superiores a 85%.Esta condição pode alterar-se de um momento para o outro (ter presente que o

crescimento económico do Alentejo é uma realidade e não esquecer que os milhares de imigrantes que produzem riqueza não constam como população para o rácio PIB/habitante) o que representaria um enorme prejuízo para Portugal."

(In "Exposição:É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES! SIM! AS ACESSIBILIDADES SÃO UMA PRIORIDADE!")

Em jeito de conclusão

Com a realização da Convenção do Alentejo encerrou-se a primeira fase da intervenção da Plataforma Alentejo, não se encerrou a sua atividade em defesa da "Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional" cuja validade e atualidade é inegável.

Impõe-se, por isso, não desistir, pois, nada está decidido em definitivo.

O Plano Nacional de Investimentos -PNI2030 não está fechado, está em análise no Conselho Superior das Obras Públicas. O PROT_Alentejo está em revisão e nele podem e devem ser equacionadas as propostas fundamentais que a Plataforma Alentejo tem vindo a apresentar.

A Plataforma Alentejo tem a sua Petição Pública que aguarda agendamento na Comissão de Economia e o seu debate em Plenário da Assembleia da República, instalada recentemente.

É fundamental que, com base nos novos conhecimentos e documentação produzida pela Plataforma Alentejo, se prossiga tenazmente, com redobrada confiança, o trabalho positivo e construtivo de sensibilização dos decisores políticos no sentido de atenderem às nossas justas e fundamentadas propostas.

Afirmação da Convenção do Alentejo

O Secretariado da Plataforma Alentejo aprovou e apresentou à Convenção do Alentejo, realizada a 12 de Setembro em Évora, a Afirmação que se segue:

"Juntos pelo Alentejo, por Portugal afirmamos: Sim! As acessibilidades são uma prioridade"

- Recuperar atrasos e lançar ainda no H2020 os concursos dos estudos e projectos de execução indispensáveis à apresentação de candidaturas aos Fundos de Coesão.

- Aproveitar a condição do "Alentejo Objectivo 1" para obter o máximo de financiamento dos fundos de coesão e recorrer a outros fundos comunitários favoráveis ao investimento de forma a aliviar o esforço do Orçamento do Estado.

- Promover com carácter de urgência "Convenções Técnicas" com a participação de representantes das instituições (Governo, CCDRA, CIM.s CSOP…) representantes do sector empresarial e operadores públicos e privados (Porto de Sines, Aeroporto Beja, IP, CP…) Centros de Saber (Universidade de Évora, Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre, Técnicos e Especialistas Convidados…) Organizações, Movimentos e Associações (Sindicatos, movimentos de opinião, comissões de utentes…) que permitam encontrar e priorizar as melhores soluções para o Alentejo

- Planear estratégicamente no PROT_Alentejo a curto, médio e longo prazo (H2020, H2030, H2040…)

- Rede Ferroviária no Alentejo prioridade e pilar de um novo modelo de planeamento e ordenamento do território, essencial para reforço das ligações Norte-Sul e Portugal-Espanha. Electrificar e modernizar Linhas do Alentejo, do Leste, Ramal de Cáceres

- Rede Rodoviária do Alentejo complementar à ferrovia e de acordo com as prioridades a considerar pelas Convenções Técnicas e avalizadas pelo Conselho Regional da CCDRA…

- Porto de Sines prioridade às acessibilidades terrestres, sobretudo as ferroviárias (pelo Poceirão e pela Funcheira) tendo presente o H2026.

- Aeroporto Internacional de Beja/Alentejo, requalificar como Aeroporto Internacional, construir as acessibilidades (ferroviárias e rodoviárias), inserir no sistema aeroportuário nacional com todas as suas valências, promover as necessárias ampliações e desenvolver as indispensáveis ações de promoção.

- Alqueva garantir as acessibilidades, sobretudo ferroviárias. Construir a Barragem do Pisão sem mais atrasos.

- Recursos mineiros e rochas ornamentais garantir o transporte ferroviário.

- Turismo do Alentejo potenciar e consolidar o seu crescimento com mais, melhores e mais diretas acessibilidades, ferroviárias, aéreas e rodoviárias.

- Energias Renováveis potenciar a sua produção e utilização e dispensar energias fósseis

- Salvaguardar o ambiente, contribuir para a descarbonização, preparar o território para fazer face às alterações climáticas.

- Mais participação, mais cidadania, mais e melhor Democracia

Portugal precisa do Alentejo desenvolvido! Portugal pode contar connosco!